
POR UMA PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR

Uma reflexão teológico-pastoral(1)

*C. Caliman, SDB
Belo Horizonte*

É legítimo organizar uma Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP)? Tal pastoral estaria em consonância com as atuais orientações da Igreja em nosso continente? Em que bases e com quais critérios ela pode se fundamentar? Pretendemos enfrentar essa problemática como quem entra em terreno desconhecido, tentando fazer uma picada. Esperamos que essa tentativa de reflexão possa prestar algum serviço aos que se dedicam à pastoral de juventude (PJ) e participam das incertezas que atualmente rondam esse setor da vida da Igreja.

Não é preciso fazer profundas pesquisas para chegar a uma simples conclusão: a PJ atualmente anda sem rumos. Percebe-se uma certa desarticulação entre grupos de jovens, movimentos, e a pastoral geral da Igreja. Há falta de um saber prático sobre o que fazer, uma indefinição de objetivos, muitas vezes genéricos e românticos, e uma dispersão sintemática de forças apostólicas.

De quem é a culpa? A que se pode atribuir isso? À sociedade? À própria Igreja que não consegue dar um ordenamento mais coerente à sua ação pastoral? À juventude? Talvez seja um pouco de tudo. Mas não é nosso objetivo, neste estudo, aprofundar uma análise das causas da situação atual da PJ. Nosso objetivo é mais simples: elaborar um discurso coerente que justifique a PJMP e anime o agente de pastoral no seu trabalho. Nada mais. Para isso, nesse momento, é mais importante acender uma luz do que lamentar as trevas. cremos que esta luz já está se acendendo e já começa a iluminar a presença libertadora da Igreja na América Latina.

A Igreja não é uma realidade imóvel e fixa, mas um acontecimento histórico e dinâmico que exprime a salvação no tempo e no espaço. Como tal participa do próprio dinamismo da história. Sua essência é ser justamente um sinal e instrumento histórico da presença libertadora de Deus entre nós, em Cristo. Refletindo a nova

(1) Esse texto foi produzido a pedido dos jovens da Pastoral de Juventude do Meio Popular de Belo Horizonte. Por isso se alarga naqueles pontos que se julgou necessário sublinhar, como por exemplo na compreensão da pastoral.

auto-compreensão da Igreja depois do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979), a pastoral é a expressão operativa e atual dessa presença libertadora.

A auto-compreensão da Igreja a partir do Vaticano II pode ser analisada de dois pontos de vista. Primeiro, face ao Reino e a Cristo. Ela se define como "sacramento ou sinal e instrumento de íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (Lumen Gentium 1). Segundo, face ao mundo de hoje, ela entende que deve ser Igreja dentro dele, a serviço dos homens (Cf. Gaudium et Spes). Assim ela toma consciência de sua plena historicidade.

Essa nova consciência eclesial constitui um grande passo na transição do marco histórico medieval para o marco histórico da modernidade. Essa passagem exigiu dela refazer sua visão do mundo, tomar conhecimento, pela análise da realidade, das "regras do jogo" da sociedade urbano-industrial, produto do desenvolvimento do mundo moderno. Brevemente: para nós na AL essa passagem passa necessariamente pelo Concílio Vaticano II e se concretiza, de forma específica, em Medellín e Puebla.

Medellín constitui para a Igreja na AL a tomada de consciência das regras de jogo da realidade social do continente, onde "a miséria, como fato coletivo, é injustiça que brada aos céus" (Justiça 1). Aqui se revela aos olhos do crente uma face escondida da pobreza histórica. Descobre-se o mundo dos pobres, os preferidos de Deus, não mais simplesmente como indivíduos carentes a quem se deve socorrer com amor evangélico, mas como classe social, como produto do sistema excludente. Essa situação, diante do Evangelho, é escandalosa, exige uma mudança radical, uma transformação das próprias estruturas da sociedade (cf DP 1257). Essa verificação histórica obriga a instituição eclesial a rever suas alianças históricas com os "sócios" tradicionais.

Resumindo: Medellín significa a descoberta do fato escandaloso e anti-evangélico da pobreza coletiva, produzida por um sistema de exploração do homem pelo homem, concretamente pelo liberalismo capitalista. Puebla, por sua vez, sintetiza a riqueza da experiência eclesial dos anos 70, na tentativa de articular de forma coerente uma nova estratégia pastoral, baseada não mais na velha e superada relação da Igreja com as classes dominantes, mas na nova realidade de uma Igreja que renova sua fidelidade à missão evangelizadora no mundo dos pobres.

Essa nova estratégia pastoral já reflete a nova situação da Igreja no continente e conseqüentemente a compreensão de si mesma, de sua missão e do modo como essa missão deve se realizar. Trata-se

de uma Igreja que: a) redefine sua estratégia pastoral global na ótica dos empobrecidos; b) redefine a responsabilidade pela missão de Cristo no mundo; c) redefine seus objetivos históricos; d) redefine o modo de produção de sua vida interna no sentido de uma maior participação de todos os fiéis.

Ora, essa visão de Igreja exige uma nova ordenação pastoral. Os modelos tradicionais de pastoral estão superados. Sobrevivem hoje mais pela lei da inércia, enquanto respondem ainda a uma certa demanda. Não respondem, porém, à situação do homem de hoje. No caso específico da PJ temos atualmente mais perguntas do que respostas a fazer.

Colocado o pressuposto de uma nova compreensão de Igreja no mundo dos pobres, pergunta-se agora pela própria realidade do jovem de hoje: o que é o jovem na sociedade urbano-industrial? O que é o jovem na AL, marcada pela "brecha crescente entre ricos e pobres" (DP 28)? Quem despertou para essas questões candentes não poderá mais, em sã consciência, "tocar" a pastoral como se nada houvesse acontecido nos últimos 20 anos de Igreja na AL. Não seria responsável tal atitude. Compete a nós tirar as consequências do novo fato eclesial. Para isso tentamos articular os três dados de nossa questão:

- **Pastoral:** o que é? como se articula? como se especifica nas diversas pastorais da Igreja?
- **Juventude:** o que é essa juventude? que resposta ela pede à pastoral da Igreja? o que fazer concretamente? vamos organizar uma pastoral genérica, que serve para todos indistintamente, ou uma pastoral que se especifica conforme a realidade de cada segmento social ou grupo?
- **Meio popular:** como fundamentar uma tal pastoral "específica"? quais os critérios de eclesialidade? quais os seus objetivos?

Nesses três passos pretendemos situar a Igreja e sua própria história como um todo no mundo. Alargamos o conceito de pastoral. Ela não deve ser entendida apenas como atividade interna à instituição eclesial, mas centrada no mundo, no serviço ao homem concreto, destinatário da Boa-Nova do Reino de Deus. A seguir colocamos a PJ dentro da pastoral global da Igreja. Por fim, situamos a PJMP dentro da PJ.

1. PASTORAL

O primeiro elemento a ser trabalhado é o conceito de pasto-

ral. Por ela a Igreja se organiza, dá coerência à sua presença no mundo e se realiza como sinal e instrumento de libertação, à medida em que responde à sua missão evangelizadora.

A articulação da pastoral faz-se por duplo título. Em primeiro lugar, por **missão** recebida do próprio Cristo (cf Mt 28, 18-20 e par.). A Igreja, pois, recebe do mesmo Cristo a autoridade (o "poder", a "exousia") de proclamar o Evangelho do Reino. Em segundo lugar, a Igreja organiza sua pastoral como **serviço** qualificado ao homem. Para tanto deve articular-se na história, com as demais realidades. Esse serviço lhe dá credibilidade e estímulo na realização de sua missão.

Mesmo reconhecendo a dificuldade de ter clareza neste assunto, tentemos ao menos demarcar o campo. Na gama de usos do termo "pastoral" há duas balizas, que demarcam os extremos do campo. Por um lado, uma compreensão reducionista entende a pastoral como a prática do pastor de almas. Por outro lado, uma compreensão diluída, onde praticamente tudo é rotulado de pastoral. Para evitar esses dois extremos é preciso, primeiro, definir qual o papel da realidade (mundo) na constituição da pastoral; segundo, produzir dentro da Igreja, entendida como uma totalidade, uma distinção de funções e serviços entre hierarquia e fiéis.

Qual seria então o papel da **realidade** na constituição da pastoral? A dificuldade de produzir uma definição de pastoral está em que ela não se deixa definir "a priori", de forma abstrata, a partir da essência da Igreja, deduzindo sem mais seu agir histórico do seu ser transcendente. Para se saber o que é ou não pastoral em dado momento não basta uma definição formal. É preciso captar a Igreja enquanto se realiza em sua prática histórica. Ora, essa realização só se dá na **dependência** da situação presente onde ela é interpelada pela palavra de Deus e convocada a dar uma resposta evangélica. Por isso "reconhecer a realidade" (DP 85) faz parte do próprio agir pastoral da Igreja. Assim como variam a visão da realidade e a própria consciência que a Igreja tem de si mesma no correr da história, da mesma forma variam as práticas históricas da Igreja e o mesmo conceito de pastoral(2).

(2) Nesse sentido, cf. LIBÂNIO J. B. *O que é pastoral*, ed. Brasiliense, 1982. O Instituto Nacional de Pastoral promoveu recentemente alguns estudos sobre a questão: cf. BOFF Cl. *O específico da pastoral*, e GOPEGUI J.A.R. de, *O que é pastoral?* ambos mimeo. Cf. ainda SCHUSTER H. *Pastoraltheologie*, Sacramentum Mundi III, 1059-1066; ARNOLD F.X. - RAHNER K. *Handbuch der Pastoraltheologie I*, Herder, 1970, 2ª ed.

O outro ponto diz respeito a uma distinção interna à totalidade da Igreja, entre **hierarquia e povo de Deus**. A premissa de uma Igreja toda ela ministerial, responsável, na sua totalidade, pela missão de Cristo, não anula a distinção de papéis. A variedade de dons e serviços são frutos do mesmo Espírito de Jesus Cristo (cf LG 12) para a edificação da Igreja. Isso quer dizer que tanto a prática histórica do povo de Deus quanto, dentro dele, a do ministério ordenado, expressam a mesma missão recebida. O sentimento mais amplo e abrangente da pastoral se entende como a prática global da Igreja com duas tarefas específicas: uma pela qual a Igreja como um todo (hierarquia e povo de Deus) se articula no mundo; outra pela qual se realiza uma tarefa específica de "animação" da vida cristã no mundo, como responsabilidade conjunta da hierarquia e do povo de Deus (mais adiante distinguimos dentro dessa "animação" a ação de governo: o serviço de direção e de unidade que caba ao ministério ordenado).

O importante aqui é perceber que as tarefas de articulação da Igreja no mundo e de "animação" da vida cristã são distintas, mas não separáveis entre si. A realidade da Igreja, como a vida, é global. A Igreja não pode realizar uma tarefa sem a outra. Seria falhar à sua missão no mundo. Não vamos aqui aprofundar os critérios que devem reger a relação entre os dois serviços dentro da Igreja.

Posto isso, prosseguimos na tentativa de esclarecer três pontos: 1) O que é mesmo pastoral como ação específica da Igreja? 2) Como a Igreja articula sua ação no contexto da sociedade? 3) Como essa articulação global da pastoral se especifica nas diversas "pastorais" da Igreja. Tratamos da definição, da estratégia e da especificação da pastoral.

1.1. O que é mesmo pastoral?

Vamos partir da compreensão da pastoral como animação da vida cristã no mundo, segundo uma definição que nos oferece Cl. Boff. Ele define a pastoral como "a animação de toda a vida cristã a partir da fé"(3). Explicitamos a definição por partes:

a) A "animação" diz respeito à tarefa de "pastorear", isto é, de "fazer crescer o Corpo de Cristo, de edificar a comunidade eclesial"(4). A ação pastoral visa inspirar a fé concreta dos fiéis, no dia-a-dia. Para isso são criadas muitas linhas de pastoral, conforme a visão da realidade e a necessidade dos tempos. Por elas os fiéis

(3) Texto cit., p. 2.

(4) Idem, p. 2.

são orientados a participar na vida da Igreja e do mundo (trata-se das diversas pastorais: da terra, operária, indígena, dos direitos humanos, vocacional, sacramental, bíblica, etc.). O fruto dessa animação é a "ação cristã" no mundo e a concretização da vida cristã nas mais variadas situações. Assim a Igreja realiza o seu ser específico de sinal e instrumento de libertação.

b) A pastoral é a animação "de toda a vida cristã". Trata-se do objeto específico da ação pastoral. A vida cristã não é um "lugar" separado do mundo. Tal visão revelaria uma compreensão do mundo fora de Deus, realidade neutra e vazia de sentido salvífico. Ora, o mundo é uma realidade que possui "caráter teológico", como lugar onde Deus se comunica com o homem. A mesma Igreja não pode compreender sua auto-realização sem o mundo, dentro do qual ela deve realizar dinamicamente sua essência de sinal e instrumento da salvação(5). Portanto, tudo faz parte da vida do cristão, como objeto do seu discernimento de fé. Já se dizia antigamente que nada do que é humano é alheio ao cristão. Todas as dimensões da vida, desde a realidade econômica, à política e à cultura, até a religião, a dimensão pessoal e social, interessam-lhe.

c) A pastoral é a animação de toda a vida cristã "a partir da fé". Chega-se então à chave de compreensão da ação pastoral. Ela só tem sentido quando parte da fé e a expressa. Tudo é pastoral, se expressa o "pastoreio". Mas aqui entramos num terreno movediço. Por um lado, essa afirmação parece ser pacífica quando se trata de assunto interno da prática da Igreja, como a celebração dos sacramentos, a pregação, o atendimento religioso dos fiéis e assim por diante. Mas por outro lado, a coisa muda quando se trata da participação no campo da política, dos sindicatos, da luta operária, da defesa dos índios, dos posseiros, etc. Onde uns vêem ação pastoral da Igreja no "social", outros enxergam uma intromissão indevida da Igreja. São duas leituras do mesmo fato, de dois pontos de vista. Para escapar à dificuldade da dupla leitura fala-se tradicionalmente de "ação de suplência". Por ela a Igreja assume tarefas históricas que normalmente cabem aos cidadãos organizados. Mas devido à fraqueza do povo são levadas à frente pela Igreja, subentende-se, até que a sociedade possa tomá-las sob sua direção. Talvez seja mais apropriado neste ponto superar essa nomenclatura. Ela obriga a Igreja, a todo o momento, a defender suas instituições sociais quase como fatos definitivos de sua essência. Com isso ela perde aquela agilidade histórica necessária para articular-se como resposta

(5) Cf. ARNOLD F.X. - RAHNER K. op. cit. pp. 89-92.

à realidade de cada tempo. Talvez fosse mais interessante falar de articulação da Igreja na sociedade. Tomando consciência de sua historicidade e, portanto, de que sua realização como Igreja se dá na dependência da sociedade, a decisão sobre o que deve ser feito aqui e agora está na dependência da visão da realidade. Noutros termos: a Palavra ouvida na situação da vida vai determinar a estratégia pastoral e a ordenação das várias realidades pastorais. Essa percepção cria um espaço de liberdade onde o cristão se decide sobre o que deve fazer. Vamos para um exemplo: como posso saber de antemão se criar um sindicato faz parte da pastoral da Igreja em dada região? Só vendo a realidade. Onde há sindicato organizado parece que não tem sentido. Mas e onde não há e o povo ainda não tem condições de se organizar na defesa de seus direitos?!

Dissemos acima que a pastoral haure sua força da própria autoridade de Cristo: é uma "ação autoritativa" da Igreja. Falta agora explicar melhor qual o sujeito dessa ação autoritativa. Já ficou evidente que toda a Igreja, hierarquia e fiéis, é o sujeito dessa ação autoritativa. Mas essa responsabilidade é compartilhada de forma diferente. Para que, de fato, todos os fiéis se tornem efetivamente corresponsáveis pela ação pastoral é necessário um **serviço específico** de direção e de unidade. É o que se poderia chamar de "governo pastoral", como ação pastoral específica do ministério ordenado. É um serviço fundado em Cristo, por ele instituído e exercido em seu nome.

Até agora tentamos definir o que é pastoral. Como toda tentativa de definição, ela é forçosamente abstrata. Nosso próximo passo vai ser compreender essa pastoral no contexto concreto da realidade social, onde a ação pastoral, como qualquer ação humanamente responsável, repercute como ação articulada. A Igreja, sendo uma grandeza histórica, não poderia deixar de articular-se na história. Querendo ou não, ela é um "poder histórico", sua ação tem um sentido político, expressa tendências sociais, interesses objetivos. Há os que entendem isso numa visão triunfalista e ufânica, de uma Igreja que se impõe à sociedade. O Concílio Vaticano II, contudo, nos recordou a visão evangélica desse "poder histórico" como serviço ao homem. Para que, de fato, se torne um serviço ao homem é de suma importância ver como a Igreja se articula na sociedade. É a questão da estratégia pastoral.

1.2. Estratégia

A estratégia define o modo como a Igreja ordena as mais va-

riadas realidades pastorais. Define a organização dos meios (realidades pastorais) em vista de seus fins (os objetivos da ação pastoral, estabelecidos pela sua própria missão no mundo, em nome de Cristo). Sob esse ponto de vista, é uma necessidade histórica para a Igreja adotar uma estratégia, sem a qual não pode ser eficaz na sua ação. Ela deverá ver concretamente como fará "a animação de toda a vida cristã a partir da fé". É a questão dos modelos de pastoral.

G. Gutierrez, tomando como critério a auto-compreensão da Igreja, distingue quatro modelos de pastoral: da cristandade, da nova cristandade, da "maturidade da fé" e, por fim, da pastoral profética(6). Nesse trabalho adotamos o critério da relação da Igreja com o mundo, distinguindo três modelos de pastoral(7). Temos consciência de que este é apenas um ângulo da problemática. Há certamente outros critérios que poderiam ajudar a compreender a ação da Igreja no mundo.

Seguindo o critério da relação da Igreja com o mundo, distinguimos uma primeira estratégia pastoral para uma situação em que a Igreja se apresenta hegemônica em relação ao poder político. Baseada no princípio do primado do poder espiritual, ela se impõe ao poder temporal.

Uma segunda estratégia pode ser vista no caso em que a Igreja se articula numa sociedade sob o mando de uma classe hegemônica, no nosso caso, com a burguesia. Nessa situação, a hegemonia não cabe mais à instituição eclesial. Esta, querendo ou não, se submete na prática à hegemonia de uma classe. Neste contexto, a Igreja defende uma autonomia relativa do poder temporal em relação ao espiritual, preservando, através do princípio do primado do espiritual, uma área de atuação na sociedade.

Uma terceira estratégia pastoral se torna possível onde e quando a hegemonia da classe dominante (no caso da burguesia) começa a ser contestada. A instituição eclesial passa então por uma mudança de rumo (em linguagem religiosa fala-se de "conversão"). Inicia-se então um processo de articulação da instituição eclesial com as classes subalternas. É o significado profundo da opção preferencial pelos pobres. Enquanto expressa a preferência de Jesus pelos pobres e pequenos ela é evangélica; enquanto se concretiza em

(6) Cf. *Lineas pastorales de la Iglesia en América Latina*, CEP, Lima 1976, 2ª ed.

(7) Cf. CALIMAN C. *Modelos de Igreja e educação libertadora*. Em: MOSER A. - CALIMAN C. - ALMEIDA CUNHA R.I. de, *Libertar: Desafio da Educação*, CRB, Rio de Janeiro, 1982, pp. 29-62. 44s.

dada conjuntura histórica, numa sociedade conflitiva, determinando decisões específicas, como fundamento de uma nova estratégia pastoral, é estratégica.

As três estratégias refletem, por um lado, um longo processo histórico. Mas, por outro lado, refletem a própria situação pastoral atual, onde os três modelos convivem, inspirando práticas, normas e atitudes. Influenciam a organização pastoral da Igreja, produzindo tensões e linhas de trabalho pastoral divergentes em todos os níveis. Caracterizamos rapidamente cada um dos modelos. Ficará mais fácil então perceber em que linha podemos articular a PJMP.

a) O **primeiro** modelo teve seu ponto de partida na virada constantiniana no século IV e se impôs com maior vigor com Gregório VII, no século XI. Nele a Igreja institucional se associa ao poder político e dele se utiliza para levar a termo sua missão evangelizadora. Essa aliança com o poder deu origem à pastoral de **cristandade**. Ela é teocêntrica e eclesiocêntrica. Organiza-se de cima para baixo, tem sua coerência a partir do centro do poder. Tal modelo de pastoral sofreu um "reajuste" na pastoral "tridentina"(8). Ela transfere toda a força da pastoral para a "salvação da alma". Tem uma visão pessimista da história, tomando uma posição essencialmente defensiva (apologética) e tática frente à realidade social. Ou seja: o pastor toma em consideração a realidade não porque é um "lugar teológico" onde acontece salvação e perdição, mas porque incomoda e atrapalha seu trabalho apostólico.

b) O **segundo** modelo, que se poderia chamar de pastoral "**modernizante**", baseia-se em outros pressupostos. É antropocêntrico, mais precisamente: centra-se no cristão (pastor) esclarecido pelas luzes da razão. Na verdade, poder-se-ia chamá-lo de modelo de pastoral iluminista. Por um lado, está em continuidade com o modelo anterior, enquanto se escora numa aliança com as elites — com a classe dominante. Por outro lado, se distancia dele enquanto assimila as características do "sujeito social" burguês. Sua força já não está na presença massiva da instituição eclesial, mas na ação do pastor iluminado, empreendedor, cheio de iniciativas. O ideal do pastor é o empresário moderno bem sucedido. O pastor completo aparece como um empresário do sagrado, que sabe planejar, estimular as pessoas, envolvê-las nos seus projetos. Há valores. Nele se reconhece o valor da pessoa humana livre e autônoma. O pastor (bispo ou padre) é considerado como sujeito que age responsabilmente e não apenas como representante de uma instituição. Seu limite está

(8) Cf. LIBÂNIO J.B. op. cit. pp. 32-56.

em que parte de uma visão setorializada da realidade, como resposta às necessidades religiosas de sua clientela específica, obscurecendo a própria perspectiva da missão da Igreja no mundo. Atende bem a freguesia: movimentos específicos, especializados, auto-suficientes, comunidades centradas sobre si mesmas, grupos limitados pelo interesse de classe. A pastoral é "racionalizada" por setores estanques. Essa visão funcionalista faz com que se criem "auto-serviços" religiosos, sem uma verdadeira perspectiva eclesial e missionária. O vício desse modelo é que ele não parte de uma visão global nem da Igreja nem da sociedade. Sob esse aspecto, a pastoral de cristandade era mais coerente. Partia de uma visão global, se bem que triunfalista, da Igreja. Foi preciso esperar muitos séculos, até o Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín e Puebla, para encontrar um modelo pastoral que parte de uma visão global da sociedade, dentro da qual se descobre o destinatário preferido do Evangelho, o pobre. Essa realidade específica do pobre determina uma ótica específica para a articulação de toda a pastoral.

c) O **terceiro** modelo se caracteriza, pois, por um posicionamento novo da instituição eclesial no contexto da sociedade na ótica dos pobres. O Documento de Puebla fala de "opção preferencial pelos pobres". Faz a crítica dos modelos anteriores, visando, por um lado, superar seus vícios, por outro lado, recuperar seus valores, agora em outro marco histórico da consciência eclesial e social. O quadro conjuntural é outro. Dentro de uma visão global da sociedade, articula-se tanto o senso de globalidade e de unidade do modelo de cristandade quanto o senso do valor da pessoa humana, livre e autônoma, do modelo modernizante. Esse modelo de pastoral poderia ser chamado como pastoral de **articulação dialética**. De fato, a inserção da Igreja numa sociedade conflitiva exige uma visão dialética da sociedade e do agir histórico da Igreja enquanto agir social. Isso significa perceber que a própria ação pastoral da Igreja, como ação histórica, situa-se dentro de uma constelação de interesses. Sua legitimidade não pode ser pensada apenas a partir da missão divina da Igreja. Seria então fundamental e urgente repensar o próprio processo de legitimação histórica da ação pastoral da Igreja.

Em sua realidade concreta o fato social nunca é genérico. Ele é sempre específico, tem seu lugar e tempo, suas causas e consequências. O mesmo se deve dizer da pastoral. Isso significa que hoje deve-se ascender a uma visão política não só da sociedade como um todo, mas também da Igreja e de sua ação pastoral no contexto da sociedade. Dentro dessa perspectiva, deve ser vista a estratégia

pastoral, enquanto articula os mais diversos fatos pastorais dentro de uma dada conjuntura, dá-lhes coesão e coerência, sentido e finalidade em relação à totalidade da Igreja. Nosso próximo assunto tenta estabelecer a relação entre estratégia pastoral e as várias pastorais.

1.3. Especificação

O que se pretende neste item é estabelecer a relação entre a **unidade** da estratégia pastoral e a **diferença** entre as várias "pastorais" da Igreja. O Documento de Medellín, preocupado com uma realidade diferenciada e conflitiva, falava de "pastoral de elite" e "pastoral popular". Mas tarde, o Documento de Puebla pretende a "superação da distinção entre pastoral de elites e pastoral popular" (1215). Será que Medellín e Puebla estão falando da mesma coisa sob o mesmo ponto de vista? Provavelmente não. Medellín estava sob a pressão da **realidade** social do continente, que exigia da parte da Igreja uma resposta urgente e concreta, uma ação pastoral decidida em favor da justiça, para superar o escândalo da pobreza. Diríamos que falava em nível operacional. Puebla mostrou-se mais preocupada com a unidade da ação da Igreja. Organiza o seu discurso não mais a partir do impacto da pobreza, mas a partir da necessidade de uma resposta articulada e coerente, isto é, de uma **estratégia** pastoral, como resposta global da Igreja à situação.

Os dois discursos estão, portanto, em níveis diferentes. Realmente, não se pode dizer que a Igreja deve traduzir sua missão evangelizadora única e indivisível em duas estratégias pastorais, uma para a elite e outra para as classes populares. Seria o mesmo que colocar os dois grupos em trilhos diferentes e paralelos. Nunca se encontrariam, nunca chegariam a uma real conversão. Partiriam de uma posição de interesses particular, legitimado pela própria articulação da pastoral da Igreja. Essa pastoral seria de "dois caminhos", um para os ricos, outro para os pobres. Se é verdade que uma pastoral de "dois caminhos" traria funestas conseqüências para a própria realização da Igreja no mundo e para a sua unidade, também parece ser verdade que não se pode pretender organizar uma ação concreta de pastoral "para todos", indistintamente, como se não houvesse diferenças sociais e entraves a superar. É importante, pois, estabelecer em que nível se afirma a unidade da pastoral e em que nível se afirma a diferença das várias pastorais.

a) O que faz a **unidade** da pastoral? Não é a realidade que está aí, extremamente diversificada. Quando falamos de unidade não é preciso destruir a diversidade, mas apenas captar o lugar es-

pecífico onde deve ser situada. A unidade da prática histórica da Igreja não visa a uniformidade de todas as ações concretas, mas a unidade dos objetivos de todos. Não se trata de fazer tudo do mesmo jeito, mas buscar o mesmo objetivo: a realização da Igreja como sinal do Reino e serviço ao homem. Essa unidade vem traduzida por uma **estratégia** global capaz de articular as mais variadas ações concretas da pastoral, em vista da finalidade comum a todos. Essa estratégia reflete a única e indivisível missão de Cristo e da Igreja. Deve espelhar o ideal da unidade, orientando as decisões e as ações concretas na direção querida por Deus. Não se deve, pois, imaginar uma estratégia para as elites e outra para as classes populares. O que se pode discutir é a existência de pastorais específicas, articuladas entre si, para realizar a unidade querida por Deus. Para exemplificar: Puebla falou de "opção preferencial pelos pobres" como eixo orientador de todas as ações pastorais da Igreja, do conjunto de sua prática pastoral. Aí se dá a definição da estratégia. Agora fica para cada situação concreta decidir como essa definição vai se traduzir, conforme a diversidade em que se apresenta a própria realidade de um país, de uma cidade, de uma paróquia de centro ou de periferia, etc.

b) O que faz a **diversidade** das ações pastorais da Igreja? Acima afirmamos que a única estratégia pastoral da Igreja se realiza na multiplicidade de **ações pastorais**. Essa multiplicidade não é mera contingência que se deve tolerar. Ela existe na realidade como fruto do Espírito. Como tal é mediação necessária da unidade que se busca na articulação de uma pastoral global(9). A diversidade das ações pastorais concretas espelha a multiplicidade de situações histórico-conjunturais e a própria visão dessa realidade a que ascendemos pela consciência histórica.

Essa percepção da diversidade da realidade humana e eclesial e da unidade a que se deve aspirar não é estranha. Já Paulo instruía a comunidade de Corinto neste sentido: "Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos" (1 Cor 12, 4-6).

Pelo visto até agora podemos dizer que a visão da realidade, de um modo ou de outro, determina a própria resposta pastoral da Igreja. A visão da realidade a que chegou a Igreja latino-americana depois do Vaticano II determinou concretamente a definição da estratégia pastoral a partir dos pobres deslanchando uma série de

(9) Cf. COMBLIN J. *O Tempo da Ação*, Vozes, 1982, pp. 11-44.

“pastorais” concretas, todas elas articuladas a partir dessa opção de base.

Nosso próximo passo: será ver a realidade do jovem no contexto da sociedade conflitiva em que vivemos.

2. JUVENTUDE: POR UMA PASTORAL À MEDIDA DO JOVEM

Deixando esses elementos mais gerais da pastoral, analisamos agora a juventude, objeto de nossa PJ. Atualmente a PJ, ao que parece, está se mostrando deficiente não por falta de movimentos, grupos de jovens, agentes de pastoral que a eles se dedicam. É verdade que, do ponto de vista quantitativo, a maioria dos jovens fica praticamente de fora. Mas o verdadeiro problema talvez não se situe neste nível. Na maioria dos casos a PJ que conhecemos está mais interessada em animar cristãmente o momento da vida do jovem, essa fase da juventude que ele está vivendo, do que realmente despertá-lo para um projeto de vida. Responde-se às necessidades religiosas imediatas dos jovens, mas com pouca visão do futuro que neles está amadurecendo. Esse tipo de pastoral parece desconhecer a própria realidade com que lida.

O jovem, nesta idade, é pessoal e socialmente uma **identidade em formação**, amadurecendo para a vida na Igreja e na sociedade. Para articular uma pastoral aderente à sua realidade, à medida do jovem, não é suficiente atender ao primeiro referencial da pastoral, ou seja, sua relação com uma estratégia global da pastoral, em última análise, com a missão da Igreja. Essa relação assegura, o que é importante, a sua eclesialidade, ligando a PJ com uma pastoral mais ampla, onde a Igreja responde à sua missão específica. Mas para atender à especificidade da juventude há que atender a outro referencial fundamental: a realidade, isto é, a situação do jovem dentro da sociedade.

Nosso passo agora é justamente estudar essa situação da juventude dentro da sociedade. Como a nossa sociedade determina a situação da juventude? Conforme o Documento de Puebla, nossa sociedade está marcada por dois processos ou duas tendências:

- “a) Por um lado, a tendência à modernização, com forte crescimento econômico, urbanização crescente do continente, tecnificação das estruturas econômicas, políticas, militares, etc...
- b) Por outro lado, a tendência à pauperização e crescente ex-

clusão das grandes maiorias latino-americanas da vida produtiva. Por isso, o povo pobre da América Latina anseia por uma sociedade de maior igualdade, justiça e participação em todos os níveis" (1207).

São duas tendências: **modernização e pauperização**. Como compreendê-las dentro de uma mesma sociedade? O mesmo Documento de Puebla assume uma visão dialética, importante para a orientação da pastoral:

"Essas tendências contraditórias favorecem a apropriação por uma minoria privilegiada, de grande parte da riqueza, assim como dos benefícios criados pela ciência e pela cultura; por outro lado, geram a pobreza numa grande maioria com a consciência de sua exclusão e do bloqueio de suas crescentes aspirações de justiça e participação" (1208).

São dois processos contraditórios que dividem a sociedade e que marcam a situação do jovem. Por isso mesmo não se pode falar de juventude em geral. O que realmente existe é uma diversidade de jovens, determinada por sua "situação social ou pelas experiências sócio-políticas que vivem seus respectivos países" (DP 1175).

Utilizando-se dessa distinção entre minoria privilegiada e maioria excluída, o próprio Documento de Puebla vai mais adiante afirmando que,

"ao lado daqueles que, por sua condição econômica, se desenvolvem normalmente, há muitos jovens indígenas, camponeses, mineiros, pescadores e operários que, por sua pobreza, se vêem obrigados a trabalhar como adultos. Ao lado dos jovens que vivem folgadoamente, há estudantes, sobretudo de subúrbios, que já vivem na insegurança dum futuro emprego ou não encontram seu caminho por falta de orientação vocacional" (1176).

Há portanto, pelo menos duas juventudes, uma que, por sua situação, pode usufruir tranqüilamente do processo de modernização. Outra que, também por sua situação, sofre as conseqüências do mesmo processo, dentro do modelo de desenvolvimento capitalista associado e dependente. A esse grupo pertence a grande maioria dos jovens.

2.1. Os jovens da sociedade urbano-industrial

O processo de modernização, com todos os seus valores e defeitos, a essa altura dos acontecimentos, é irreversível. Deve ser encarado como um fato histórico e analisado com objetividade. A mo-

deriedade criou uma sociedade diferente da tradicional, a sociedade urbano-industrial, de dimensões universais.

A preocupação da Igreja por uma pastoral de juventude diferenciada reflete certamente essa nova situação da sociedade. De fato, a juventude não constitui problema específico nas sociedades menos complexas, onde a transição entre as várias fases da vida se faz normalmente, sem maiores traumas. Nas sociedades modernas, mas complexas, marcadas pela urbanização crescente e até desenfreada, a ocupação do espaço social se torna cada vez mais difícil. O modelo capitalista de organização da produção de bens de toda espécie estabelece o lucro e a competição como normas. Estabelece o império da lei da selva na cidade do homem (cf. o filme "Pixote, a lei do mais forte"). O mundo dos adultos torna-se alheio e hostil ao jovem. Não é o mundo com o qual ele sonha, mas o mundo que o reprime e o nega como jovem e como pessoa.

A realidade do jovem hoje pode ser estudada sob os mais diversos enfoques⁽¹⁰⁾. No contexto desse nosso estudo o que nos interessa é ver essa realidade do jovem do ponto de vista de sua inserção na realidade social. Dentro da sociologia, preferimos uma abordagem mais crítica (e não simplesmente funcionalista). Nessa perspectiva rapidamente enunciada apresentamos algumas proposições, que resumem uma visão da "condição juvenil" na sociedade urbano-industrial:

- a) A posição da juventude na sociedade depende de como essa mesma sociedade organiza suas forças produtivas. A lógica do sistema em que se organizam essas forças produtivas no mundo ocidental favorece ostensivamente a concentração da riqueza, do poder e do saber nas mãos de uma classe

(10) Os estudos sobre a juventude no Brasil não são muitos. Há falta de bibliografia atualizada, mesmo traduzida. Citamos alguns títulos apenas. Em termos gerais, na perspectiva que nos interessa mais de imediato, temos de LIBÂNIO J.B. *O mundo dos jovens*, Loyola, 1978, onde o A. analisa especialmente os movimentos de juventude na Igreja. Há uma parte que trata da situação da juventude atual, pp. 33-77. Ainda VALE E. *Juventude, análise de uma opção*, CRB, Rio, 1980, comentando a opção preferencial pelos jovens de Puebla. Algumas teses sobre a situação da juventude na sociedade urbano-industrial foram tomadas de MILANESI G.C. / *Giovani oggi e possibilità educative nello stile di Don Bosco*. Em: VÁRIOS, *Il Sistema Preventivo di Don Bosco tra pedagogia antica e nuova*, LDC 1974, pp. 126-169. Cf. ainda: LEERS B. *Para uma fenomenologia da juventude*. Perspectiva Teológica 33, 1982, 239-251; e TABORDA F.A.C. *Pastoral Universitária. Reflexões teológicas sobre uma prática eclesial*. Perspectiva Teológica 33, 1982, 191-237.

hegemônica. Cria-se dentro da mesma sociedade, como se fosse uma engrenagem, um dinamismo estrutural de exclusão.

- b) As forças produtivas na sociedade ocidental se organizam dentro do modelo capitalista. O desenvolvimento capitalista produziu profundas transformações estruturais. Modificou as estruturas produtivas dessa sociedade, superando o modo de produção pré-industrial. Forçou a migração do campo para a cidade, de regiões mais pobres para as mais prósperas, em busca da sobrevivência. Expandiu o consumo privado de bens.
- c) O contínuo e cada vez mais rápido avanço tecnológico cria novas necessidades de consumo, diminui a necessidade de mão-de-obra, aumentando o tempo de preparação para a entrada no mercado de trabalho e diminuindo o tempo útil em que o operário pode acompanhar as mudanças da tecnologia (os mais velhos já não têm mais condições de acompanhar a rapidez das mudanças). Desta forma, o processo produtivo seleciona seus quadros de operários de alta qualificação, aumentando inexoravelmente o desemprego.
- d) A dinâmica dessas transformações estruturais conduz forçosamente a um **prolongamento artificial** do período da juventude. Os jovens tornam-se vítimas de "um processo de marginalização estrutural". São "excluídos do sistema produtivo, confiados ao sistema formativo, o mais das vezes ineficiente e inadequado, inseridos na dinâmica do consumo..."(11).
- e) O período de juventude, portanto, se alarga e vai hoje, nos países centrais do sistema capitalista (nas classes dominantes dos países periféricos) normalmente dos 14 aos 25 anos. Os jovens formam, nesta etapa da vida, um "quase-grupo" social, em situação de dependência econômica dos adultos (dependem de "mesadas"...) na espera do futuro, excluídos da sociedade adulta e marginalizados por razões estruturais, isto é, por razões ligadas ao próprio funcionamento do sistema.
- f) Há, pois, uma questão a que não só os países periféricos do sistema devem responder, mas também os países centrais. Quem são os jovens abandonados da sociedade urbano-in-

(11) MILANESI G.C. op. cit. p. 135.

dustrial? Do ponto de vista em que situamos estas reflexões, dadas as premissas do sistema e dados os condicionamentos estruturais, pode-se afirmar que é a própria juventude, como um todo, que está em situação de abandono. Não se trata mais de um ou de outro indivíduo, mas de um inteiro grupo social. Realmente, se atentarmos aos reais interesses do sistema, lucro, poder e consumo, não se pode escapar a essa conclusão. A sociedade urbano-industrial, pela sua própria lógica interna, não está preocupada com a juventude. Interessa-lhe, ao contrário, reter nos bancos da escola o maior número possível de jovens, fora do processo produtivo, onde as regras da vida se parecem mais com regras de jogo. Concluindo: a sociedade urbano-industrial, como a conhecemos, não possui um projeto de formação da juventude. Essa formação fica por conta de grupos particulares ou setores da sociedade. Vai para a área privada.

Até agora tentamos analisar de forma rápida e esquemática a situação da juventude na sociedade urbano-industrial. Na realidade, esta é a situação de uma minoria privilegiada em nosso continente. O Documento de Puebla recomenda que devemos encontrar na nossa realidade latino-americana a verdadeira face da juventude: descobrir as "feições de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação" (DP 33). Essa é a situação da maioria da juventude não só do nosso continente expoliado, mas do mundo.

2.2. A juventude da América Latina

A realidade da AL é que entre três jovens dois pertencem às classes populares. Sua situação concreta é a da maioria do povo, marcada pelo processo de pauperização, produzida no contexto de uma modernização conduzida contra o mesmo povo. Tentamos fazer um síntese dessa situação em algumas proposições:

- a) Só se compreende a situação da juventude partindo de uma visão crítica da sociedade. Os jovens vivem numa sociedade injusta e desigual, onde cresce a brecha entre ricos e pobres (cf DP 28). São impedidos, além do mais, de uma real participação na política, na criação da cultura e na própria formação, que os aliena de sua verdadeira condição e realidade.
- b) Podemos dizer que os jovens das classes populares, nesta si-

tuação, são duplamente abandonados: enquanto **jovens** na sociedade urbano-industrial, produto da modernização acelerada; enquanto **pobres**, membros das classes populares, dentro de um sistema que produz a pobreza em escala mundial. Nessa situação o jovem, pressionado pela própria sobrevivência e a de seus familiares, tem que entrar logo na força de trabalho a troco de um salário de fome. Quando não encontra logo trabalho vai engrossar as fileiras da reserva de mão-de-obra barata ou da delinquência marginal. De qualquer modo ele é manipulado, transformado em massa de manobra dos poderosos.

- c) Concluindo, não se pode deixar de considerar, ao organizar a PJ, que a juventude nos países periféricos do sistema capitalista está dividida como a sociedade de classes. Enquanto a juventude das classes populares luta pela sua sobrevivência, sujeitando-se às condições humanas do mercado de trabalho, a juventude das classes abastadas goza dos privilégios que o sistema prodigamente lhe reserva. Recordando João Paulo II, pode-se dizer, sem exagero, que essa situação se parece com “uma versão gigantesca da parábola bíblica do rico e do pobre Lázaro”(12).

Retomando o fio do nosso discurso, a questão que se coloca é sobre a pastoral: como articular uma PJ nessas condições? O que podemos realmente fazer?

2.3. O que fazer?

Conduzindo o discurso sobre a pastoral para dentro da conjuntura atual, a primeira coisa a dizer é que não há uma pastoral definida uma vez por todas. A realidade se transforma, é dinâmica. Uma resposta válida e eficaz para outros tempos pode não sê-lo mais para hoje. É necessário fazer um “discernimento pastoral” sobre a realidade do jovem hoje. Foi o que tentaram os bispos em Puebla “para reconhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã” ao jovem de hoje (cf DP 85). Vejamos:

- a) “Queremos, dizem os bispos, oferecer uma linha pastoral global: desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em conta a realidade social dos jovens de nosso continente; atenda ao aprofundamento e crescimento da fé para a comunhão com Deus e os homens; oriente a opção vocacional dos jovens;

(12) Alocução Aos Operários no Morumbi, São Paulo, e Aos Lavradores, Recife.

lhes ofereça elementos para se converterem em fatores de transformação e lhes proporcione canais eficazes para a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade" (1187).

- b) Exige ainda o Documento de Puebla que a integração dos vários movimentos ou comunidades juvenis se faça considerando sua "situação concreta" (ex.: situação de estudante, de operário, de camponês...). Esta situação concreta exige uma "pastoral específica" segundo o "meio" de cada grupo (cf DP 1179).

Há, pois, duas afirmações: 1) é necessária uma pastoral diferenciada para a juventude. Aqui parece que todos estão de acordo. A juventude é uma etapa que psicológica e socialmente se distingue das demais e justifica um tratamento diferenciado; 2) mas há uma outra questão: a necessidade de uma pastoral específica de juventude dentro da pastoral geral de juventude. Seria uma pastoral que se constituiria segundo o meio específico, no caso que tentamos justificar: segundo o meio popular. Neste ponto nem todos estão de acordo. Argumenta-se que a pastoral tem que unir as pessoas e as classes sociais. Uma pastoral formulada nestes termos poderia desunir, separar as pessoas e os grupos sociais. Há a suspeita de que uma pastoral "classista" destrua aquilo que é o próprio objetivo da estratégia pastoral, a unidade de todos os fiéis em Cristo, para além da raça, do sexo, da cor, etc. Por outro lado, pode-se perguntar se seria possível construir essa unidade fora de uma conversão histórica real a nível pessoal e social, fora, portanto, de um esforço específico de superação das desigualdades e das injustiças entre os homens, através de uma prática efetiva de solidariedade histórica com os oprimidos, expressão concreta do amor cristão universal.

Para enfrentar essa questão pode-se percorrer dois caminhos. Um, de uma pastoral de **ajustamento**: aceitando a realidade social como está, contenta-se com uma pastoral genérica, visando acomodar os jovens à própria situação. Outro, de uma pastoral de **articulação dialética**, onde se tentaria enfrentar a diferença social, a injustiça estrutural, a opressão, em vista à sua superação, fazendo com que os próprios jovens se tornem agentes privilegiados de mudança. Aprofundemos um pouco mais cada um desses caminhos.

Pode-se tentar unificar as diferentes pastorais específicas de juventude através de um projeto pastoral genérico, pelo qual poder-se-ia operar um ajustamento dos vários setores ao padrão dominante dos adultos na sociedade e na Igreja. Haveria então uma base ideoló-

gica comum, proposta a partir do mundo dos adultos. A PJ seria então avaliada pela sua funcionalidade em relação a esse padrão admitido como ideal a ser oferecido ao jovem. A pastoral deveria ser setorializada para facilitar a aplicação de um projeto comum. Esse modelo de pastoral de ajustamento, porém, parte do pressuposto de que o jovem seja passivo, apenas um "receptor" de mensagens. Não leva em conta o dinamismo interior da fé, capaz de gerar nele respostas novas e concretas de vida.

Outro é o modelo de articulação dialética. Este considera o jovem como sujeito de sua fé, capaz de iniciativas enquanto jovem. Nessa perspectiva, ele toma consciência de sua responsabilidade de cristão não apenas de forma genérica e abstrata, distanciado do seu mundo real. Mas ele mesmo como jovem é pessoal e socialmente sujeito e ator da fé. Como tal toma consciência das condições sócio-culturais dentro das quais ele a vive. Na concretude de sua vida ele é provocado a realizar "a animação de toda a vida cristã a partir da fé", como denúncia das condições reais de sua existência e anúncio alegre e esperançoso de libertação.

Por tudo quanto até agora foi dito, pode-se dizer que a PJ não pode ser uma pastoral de mero ajustamento, pela qual se enquadra o jovem na comunidade dos cristãos maduros na fé. Noutros termos, o jovem não é "tabula rasa", mas sujeito ativo e participante (mesmo se imaturo) da vida crente. Por isso, enquanto o jovem ainda não é o adulto que deseja ser, justifica-se uma pastoral de juventude dentro da pastoral geral. Enquanto o jovem não existe fora de uma realidade social concreta, marcada pela diferença de classes, justifica-se uma pastoral específica do "meio popular", pelo mesmo motivo que se justifica uma pastoral específica para outros "meios".

3. MEIO POPULAR: POR UMA PASTORAL À MEDIDA DO JOVEM POBRE

Chegamos ao terceiro elemento de nossa problemática. Partimos do esclarecimento sobre pastoral: a unidade da estratégia pastoral deve refletir a unidade da missão de Cristo e da Igreja. Essa pastoral, num sentido operacional, se realiza nas diversas pastorais concretas da Igreja. A diversidade se baseia na avaliação objetiva da realidade onde a Igreja atua. O realismo pastoral vê as pessoas e os grupos ligados concretamente à sociedade, a uma classe social, projetando não apenas interesses genéricos (digamos, por exemplo, que os jovens enquanto jovens a caminho de sua própria maturidade, psicologicamente estão buscando sua própria identidade pessoal e so-

cial, expressam os interesses mais gerais dessa fase que chamamos genericamente de "juventude"). Acontece que esses interesses genéricos não existem em abstrato, fora de uma realidade dada. Essa "juventude" se especifica numa sociedade concreta. Há interesses específicos projetados a partir dessa realidade social (para continuar o exemplo acima: os jovens são jovens de uma classe, objetivamente condicionados pelo aprendizado da desigualdade e da injustiça, pela diferença de classe, tanto nas sociedades abastadas quanto nas subdesenvolvidas. O tratamento não pode ser o mesmo para doenças diferentes!).

Ora, uma pastoral realmente aderente à realidade não pode deixar de prestar atenção ao processo histórico. Na AL estamos assistindo a um fenômeno novo e promissor: a emergência das classes populares na sociedade e na Igreja. As classes populares tomam consciência de seus interesses não só subjetivos mas também objetivos, e os projetam sobre o conjunto da sociedade. É claro que seus interesses não são pela mera conservação do que está aí. A realidade bruta que está aí é sua dor, seu sacrifício, sua pobreza e a destruição de sua própria identidade cultural, de sua própria dignidade. A emergência das classes populares pressiona na direção de uma mudança radical das condições estruturais da sociedade.

Essa emergência das classes populares se dá dentro de condições originais. O povo na AL é ao mesmo tempo pobre e religioso. Essa emergência se dá, pois, não só no âmbito da sociedade conflitiva, onde o pobre quer também ele ser sujeito de sua história, mas também na Igreja, onde o pobre enquanto religioso deseja participar ativamente na comunidade eclesial. A fé deixa de ser para ele um privilégio de classe. Assumida nessa nova consciência eclesial, lhe dá uma nova compreensão da dimensão divina de sua dignidade humana.

É frente a esse fenômeno pleno de esperanças que reage a instituição eclesial na AL. A seguir deveremos ver a relação entre as duas opções maiores de Puebla, alguns critérios para a PJMP e seus objetivos.

3.1. A "opção preferencial pelos jovens" na ótica da "opção preferencial pelos pobres"

Antes de mais nada, cabe dizer que a "opção preferencial pelos pobres" não pode e não deve ser compreendida como um ato unilateral da hierarquia da Igreja reunida em Puebla. Mais do que isso, ela é uma resposta concreta a uma realidade histórica, a um pro-

cesso histórico que interpela evangelicamente a instituição eclesial e exige de seus responsáveis imediatos um posicionamento coerente. Há um **fato novo**. Pelos anos 50 se repetia com frequência uma frase de Pio XII: os leigos também são Igreja. Hoje na AL está acontecendo um fenômeno mais profundo ainda: a emergência dos pobres na Igreja. Marcados profundamente pela fé, também eles tomam consciência decidida de que são Igreja. Não são cristãos "por tabela", por outorga, mas por direito de fé.

Tal fato novo possui força histórica geradora de nova realidade pastoral, rompendo com os modelos tradicionais. Fecha-se uma nova era da história da Igreja e se abre uma outra. Essa é a verdadeira revolução eclesial que está acontecendo na AL e que tem sua expressão autorizada nos Documentos de Medellín e Puebla. Eles têm força de provocar uma revisão ou releitura de toda a tradição anterior da prática da Igreja.

Mas essa nova realidade pastoral só se faz operativa quando todos os fatos pastorais se articularem coerentemente com essa nova perspectiva levantada. Todas as "pastorais" da Igreja deverão, de ora em diante, assimilar a "ótica" posta por esse fato novo da emergência do mundo dos pobres na Igreja. Nada pode ficar no mesmo lugar de ora em diante.

Vistas as coisas sob esse prisma, a opção preferencial pelos jovens só poderá ser compreendida corretamente em íntima conexão com a opção preferencial pelos pobres. Ainda que essa conexão não tenha aparecido com clareza no próprio Documento de Puebla, ela decorre da própria intenção do Documento de buscar uma visão de conjunto e um ponto de amarração da pastoral da Igreja. Se a Igreja se coloca como objetivo histórico a transformação da sociedade é daí que ela deverá esperar mudanças verdadeiras e duradouras. Elas não costumam chegar de cima para baixo. Normalmente são fruto do Espírito que age no meio do povo de Deus. Já sentimos hoje os efeitos da participação popular da Igreja em nosso continente, de modo especial na grande experiência popular da Igreja que são as CEBs.

Quando se discute o papel da juventude do meio popular desse processo de emergência das classes populares na Igreja e na sociedade não se pode escapar desse enfoque fundamental. A tarefa da PJMP está subordinada à tarefa maior. Trata-se agora não só de constatar o papel que a juventude das classes populares pode assumir, mas tirar as conseqüências práticas para a própria organização concreta da pastoral.

Sob esse prisma a PJMP pode ser considerada como que a síntese das duas opções prioritárias de Puebla. Ela deverá articular o dinamismo apostólico do jovem enquanto jovem e enquanto pobre, a duplo título agente privilegiado das transformações da sociedade e da Igreja.

3.2. Critérios

Para justificar uma pastoral específica do meio popular não basta o critério sociológico. Esse critério isolado corre o risco de se tornar prisioneiro fácil da ideologia da classe a que o jovem se liga. Para isso é de suma importância ressaltar que o ponto de apoio e a linha mestra da pastoral é o Evangelho. A pastoral é instrumento do Reino. Não pode ser instrumentalizada para interesses particulares. Ela deve sempre expressar o supremo interesse de Deus, revelado em Jesus Cristo. Toda atividade pastoral deve visar o bem de todo o povo de Deus e o serviço do homem e, dentro de uma pastoral orgânica, deve servir à edificação da própria Igreja. Esse critério neotestamentário preside a toda e qualquer ação pastoral (cf 1 Cor 12-14). A PJMP, se quiser ser uma pastoral "de Igreja", deve articular-se com as demais pastorais, como condição de existir. Não pode ser uma pastoral de "igrejinha".

Mas ainda não está dito tudo. A ação pastoral é uma ação concreta. Como tal, necessita de uma mediação ideológica, de uma "parcialização" da fé na realidade. A opção preferencial pelos pobres pode ficar como mera proclamação retórica caso não se expresse como projeto histórico a ser buscado a partir da luta dos pobres e destituídos deste mundo. Essa mediação histórica é necessariamente partidária, enquanto abraça a causa do pobre. Como tal, ela é também libertadora, enquanto visa a conversão de todos para o Reino. O amor cristão para ser universal passa necessariamente pelas mediações históricas. No seguimento de Cristo, o amor cristão parte do pobre e do pequeno e vai até os outros(13).

Para que a PJMP não se reduza a uma "igrejinha" e para que essa mediação ideológica da fé se realize de forma articulada é que existe um serviço específico dentro da Igreja: o ministério pastoral. Não deve haver ação pastoral fora desse serviço de comunhão e de unidade. Seu papel é de importância fundamental, unindo esforços que talvez, por sua própria natureza, poderiam satisfazer apenas aos interesses de cada grupo, movimento ou classe social. Esse serviço

(13) TABORDA F.A.C. *Puebla e as Ideologias*. Síntese, 16, nova fase, pp. 3-25. Especialmente pp. 18ss.

representa a vocação de todos para a comunhão universal, para além de interesses particulares, na direção dos objetivos maiores da presença da Igreja no mundo.

3.3. Objetivos

De uma forma ou de outra, toda ação tem um objetivo intencionado pelo sujeito que age e um objetivo inerente à própria ação. No nosso caso trata-se da ação pastoral da Igreja. Para discernir o objetivo da ação da Igreja tem-se que captar a sua realidade ao mesmo tempo divina e humana.

Como realidade divina sua ação expressa a própria intenção de Deus a respeito do homem. Tem um objetivo intencionado pelo próprio Deus e revelado em Jesus Cristo. A Igreja exerce então um poder e uma autoridade que não é derivada dela mesma ou de sua participação na história humana, mas do próprio Deus e de seu enviado, Jesus Cristo.

Mas a Igreja é também uma realidade humana, histórica. Como tal sua ação pastoral tem um sentido e uma direção inerente a uma ação histórica e assim deve ser analisada. Como toda ação histórica, também a ação pastoral visa a realização do homem como pessoa e como sociedade. Não há como escapar a essa verdade. Ela é inerente ao próprio agir humano objetivamente. Por isso, se justifica colocar a questão dos objetivos da Igreja não só em termos de expressão do poder escatológico de Deus (a "exousia"), mas em termos de poder histórico articulado na sociedade concreta. Não se pode deixar de considerar esses polos de expressão da Igreja, sob pena de criar ou uma Igreja "espiritualista" ou uma Igreja "materialista". Cria-se um dualismo anti-humano e anti-evangélico entre uma visão "horizontalista" e "verticalista" da fé e da Igreja. Ora, o Documento de Puebla nos ensina que se deve atentar para o "homem integral", sem dividi-lo em partes, alma por um lado e corpo por outro. A Igreja como a fé visam o sentido do homem todo inteiro e não de setores em que o homem atua.

Os objetivos a que nos queremos referir podem ser assim sistematicamente enunciados:

- a) O objetivo histórico da ação pastoral da Igreja, atualizado para a AL, pode ser assim enunciado: contribuir para a construção de uma sociedade pluralista, estruturalmente justa, solidária e fraterna, pela comunhão e participação de todos nos bens materiais e espirituais, em solidariedade com os demais homens e forças históricas (essa formulação

pretende sintetizar o pensamento do Documento de Puebla).

- b) O objetivo **escatológico** (último e definitivo, que expressa a própria intenção de Deus) poderia ser formulado assim: acolher de coração aberto o Reino a ser construído, como graça, na mediação de nossa resposta histórica. A realização desse objetivo coincide com a realização do homem novo em Cristo.

Esses são os objetivos de toda a ação pastoral da Igreja. São, por isso mesmo, os objetivos da PJMP. Fica o problema: como a PJMP poderá ir de encontro a esses objetivos? A resposta está implícita em todo o discurso que produzimos até agora. Ela virá de encontro a esses objetivos à medida em que expressar na Igreja e na sociedade os anseios e as exigências subjetivas e objetivas dos jovens e lutar pelas transformações necessárias à construção de uma nova sociedade e à realização do Reino.

Compete ao governo pastoral da Igreja ajudar os jovens a encontrarem sua maneira jovem de servir a esses objetivos, a sua maneira jovem de serem missionários. Essa é uma parte importante da pedagogia da fé que não pode, sob hipótese alguma, ser negligenciada.

CONCLUINDO: o princípio primeiro da ação pastoral é o amor

Não poderia ser diferente. Mas deve-se advertir, logo de início, que existe uma compreensão ambígua do amor. O conceito de amor cristão deve rejeitar qualquer compreensão que o possa distanciar da vida. Antes de mais nada o amor cristão, como princípio de pastoral, não é uma teoria ou um conceito; é uma prática histórica de solidariedade e de justiça que vence as próprias contradições, que supera as próprias divisões entre os homens, não pelo poder dos homens, mas pelo poder de Deus, por graça. Esse amor não é simples auto-afirmação. Ele só se realiza junto com os outros, nossos irmãos. Ele nos impele a assumirmos o irmão, principalmente o mais pobre, no nosso próprio projeto de vida para que ele realize junto conosco a sua dignidade de ser humano e de filho de Deus. A radicalidade da PJMP, como de toda ação pastoral da Igreja, não está na força contestatória de sua linguagem, mas na capacidade de superar as distâncias produzidas pelo pecado pessoal e social, em vista da construção do Reino (cf Mc 1, 15).

ENDEREÇO DO AUTOR:

Av. Amazonas, 6825
Caixa Postal 603
30.000 - Belo Horizonte, MG